



O lobby da Rede Globo pela auto-regulação: influência política e estratégias de marketização durante o Governo Lula¹

Eduardo Silveira de MENEZES²
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS

Resumo

Este artigo pretende analisar um conjunto de intervenções políticas que tem colaborado para assegurar a hegemonia da Rede Globo ao longo dos anos e, nos dias de hoje, contribuem significativamente para engessar as políticas de comunicação no Brasil. Para tanto, realiza-se um mapeamento das principais forças políticas que ocuparam ou, ainda ocupam, cargos estratégicos na área da comunicação durante o Governo Lula. Assim, observa-se qual a relação destes agentes políticos e econômicos com a maior emissora de televisão brasileira. Do ponto de vista teórico, optou-se por privilegiar autores que trabalham sob o viés da economia política da comunicação, tais como: Santos e Capparelli (2005), Ramos (2005), Murdock (2006), Cabral (2008) e Beaklini (2009).

Palavras-chave: economia política da comunicação; regulamentação; marketização; rede globo

Introdução

A história da televisão brasileira está inserida dentro de um processo de acumulação e concentração do capital. Nos anos 70, a partir da aceleração industrial e da internacionalização da concorrência, previa-se o avanço do serviço de telecomunicações no Brasil. Com a reestruturação do capitalismo, ocorre uma mudança na postura ideológica dos grupos financeiros internacionais. O pensamento liberal volta a ter força entre as empresas estrangeiras, fazendo com que os mecanismos de controle dos movimentos de capital, resultantes da dinâmica proposta pelo Estado do Bem-Estar (*Welfare State*), sejam gradativamente abandonados.

Com o afastamento do ente estatal da economia, abre-se o caminho para a diminuição de impostos, a privatização de instituições públicas e a desregulamentação

¹ Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura, X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da UNISINOS, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), membro do Grupo de Pesquisa CEPOS (apoiado pela Ford Foundation) e graduado em Jornalismo pela UCPel. E-mail: <dudumenezes@gmail.com>.



da atividade econômica. É neste bojo, que se insere a discussão sobre o papel do Estado na regulamentação dos meios de comunicação. No Brasil, a falta de controle das práticas comerciais, no âmbito midiático, tem permitido o fortalecimento do mercado ao longo dos anos, contribuindo para a paralisia do Governo frente às exigências impostas pelos grupos hegemônicos.³

Tais forças políticas atuam, em grande parte, através dos meios audiovisuais e movem-se no interstício dos laços ideológicos firmados com a Rede Globo, principal emissora de televisão do país. Na prática, isso ocorre a partir da intervenção de agentes políticos e econômicos,⁴ os quais atuam junto ao governo e se posicionam contrários a criação de um novo marco legal para as comunicações,⁵ pois, em certa medida, estas práticas contrariam seus próprios interesses. A partir do forte lobby promovido pelas Organizações Globo, criam-se entraves às políticas de comunicação, prejudicando os avanços necessários à democratização do setor.

Em sentido contrário, movimentos sociais interessados em discutir a participação da sociedade na mídia e o papel do Estado na reconfiguração das políticas de comunicação, promovem fóruns regionais independente de obterem o apoio dos governos de turno, culminando na realização da 1º Conferência Nacional de Comunicação (Confecom), em dezembro de 2009. Os personagens responsáveis por estimular este debate identificam-se com aquilo que Beaklini chama de agentes sociais, “que formam ou que tem potencial para formar forças sociais”.⁶

Agindo no limite da estrutura de classes, eles tencionam o poder público a repensar as políticas de comunicação em curso no Brasil. Diferente dos agentes políticos e econômicos, que operam no ambiente político-normativo do governo, os agentes sociais incidem nos níveis político, político-social ou social procurando

³ O conceito de hegemonia trabalhado neste artigo corresponde à definição apresentada pelo filósofo marxista, Antônio Gramsci, “algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer”. GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Rio de Janeiro: Graal, 1978. p. 3.

⁴ Este termo deve ser esclarecido logo de início para facilitar a compreensão das construções textuais que são desenvolvidas ao longo deste trabalho. Segundo Beaklini, de quem se toma emprestado este conceito, “agentes são associações de pessoas que incidem no nível político (agentes políticos) e político-social (agentes sociais) para atingir a seus objetivos e vontades políticas além dos interesses materiais”. Segundo o autor, “uma idéia mais ampla pode classificar como agente, em diversos níveis: social, político, militar, econômico, jurídico, religioso, cultural, entre outros”. BEAKLINI, Bruno Lima Rocha. **A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática**. Tese (doutorado em Ciências Política). UFRGS. Porto Alegre. p. 281.

⁵ A lei aqui referida, que regulamenta os serviços de telecomunicações no Brasil, está completamente defasada. A legislação foi editada em 1962, sob o nº 4.117, mas sofreu modificações e foi complementada durante o regime militar, quando entra em vigor o Decreto 236, de 1967. BRASIL. **Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2010.

⁶ BEAKLINI, op. cit., p. 118.



articular, de forma coletiva, uma resposta das camadas populares ao poder estabelecido. Neste sentido, o objetivo deste estudo é compreender de que forma a Rede Globo influencia nas decisões governamentais, operando através de agentes identificados com os seus interesses comerciais e políticos. Toma-se como referência o atual momento vivenciado no país, marcado pelo período pós-Confecom e pré-eleitoral.

Assim, questiona-se a demora do Governo Lula em avançar nas questões referentes à democratização da comunicação. Além disso, aponta-se a subserviência do Estado às demandas do mercado de mídia brasileiro como fator preponderante na manutenção de privilégios a políticos e empresários, contrariando as determinações legais e impedindo que outros segmentos da sociedade possam expressar-se livremente.

Alguns passos para a formação da incoerência política no Governo Lula

Após receber a licença para operar no Rio de Janeiro, em 1965, a Rede Globo entra oficialmente no mercado nacional de televisão. Durante as décadas de 60 e 70, a emissora prospera, expandindo-se para diversas capitais do país. A ocupação do território nacional se dá a partir daquilo que Santos e Capparelli, chamam de “coronealismo eletrônico”,⁷ ou seja, a falta de controle público da mídia propicia que exista no Brasil a propriedade cruzada dos meios de comunicação.

Esta prática possibilita que um mesmo grupo econômico mantenha-se dono de diferentes mídias, contribuindo para a concentração do setor. As concessões para emissoras de rádio, televisão, jornais e canais de tevê por assinatura ficam sob o comando de poucos conglomerados de mídia, seguindo o formato oligopólico da economia de mercado.

Com o processo de privatização das telecomunicações, durante o Governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), nota-se que a relação entre a mídia e a política partidária torna-se ainda mais intensa, chegando ao ponto de influenciar diretamente as decisões que foram tomadas naquela época. Em 1995, com a aprovação da emenda constitucional nº 8, o capital privado passa a explorar livremente os serviços públicos de telecomunicações no país, reduzindo cada vez mais o papel do Estado na economia.⁸

⁷ SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. Coronealismo, Radiodifusão e Voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). *Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder*. São Paulo: Paulus. 2005.

⁸ Com a alteração do artigo 21 da Constituição Federal, o Governo FHC direciona o processo de privatização do Estado brasileiro aos meios de comunicação. Assim, prestigia-se a liberdade econômica, adotando políticas de desregulamentação e aplicando regras de livre concorrência. A força do Estado é drasticamente reduzida, passando a incentivar e subsidiar a iniciativa privada, quando esta se mostra deficiente. Na alteração do artigo 21, o novo texto determina ser de competência da União “explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais”. Além disso, prevê ainda outra modificação ao texto original, onde se



Tais mudanças antecedem outra emenda à Constituição, que acabou gerando muita polêmica. Esta, por sua vez, partiu de uma denúncia feita pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Em 1998, a entidade acusa o Governo FHC de corrupção. A denúncia toma como base a proposta de emenda constitucional nº 16, de 4 de junho de 1997,⁹ que passou a permitir a reeleição para presidente no Brasil. Sobre este assunto é interessante observar o que dizem Guareschi e Biz:

Sabemos dos escândalos acontecidos com relação a esse episódio, inclusive com compra de votos de parlamentares. Além da compra de votos, outra moeda foi utilizada: as Retransmissoras de Televisão (RTVs), através do decreto 1.720, por portaria direta do Governo, sem passar pelo Congresso. O critério de distribuição das quase 2000 outorgas de estações retransmissoras de TV, até 1997, privilegiou os amigos do presidente candidato à reeleição da seguinte forma: 268 foram entregues à políticos; 342 ao grupo SBT; 319 à Rede Globo; 310 à Rede Vida, ligada à Igreja Católica; 252 à Bandeirantes; 151 à Rede Record, da Igreja Universal do Reino de Deus; e, por último, 125 às TVs Educativas.¹⁰

Com o final da era FHC, boa parte da sociedade brasileira acreditava estar entrando em um novo momento da política nacional, sobretudo na área do desenvolvimento social e da participação popular. No entanto, a tão sonhada democratização dos meios de comunicação, uma das bandeiras de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1989, quando se candidatava à presidência da República pela primeira vez, acaba sendo negociada através da política de alianças estabelecida com partidos, até então, considerados de oposição. Como é o caso do PMDB, que em grande parte apoiou a reeleição de Fernando Henrique, em 1998.

De fato, naquela época, o dirigente sindical, histórico militante do ABC paulista, posicionava-se contrário ao papel desempenhado pelos meios de comunicação no Brasil e, em especial, a atitude da Rede Globo, que havia se colocado claramente contrária a sua candidatura durante a disputa eleitoral de 1989, o que também acontece em 1994 e 1998. Apenas em 2002, Lula consegue chegar à presidência e, mesmo assim, só obtém êxito devido à sua mudança radical de postura. A insubordinação do governo aos interesses de grupos comerciais ligados a comunicação no país, pode ser percebida, em grande parte, através do desempenho dos agentes políticos e econômicos que atuaram,

determina que a União só possa “explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão: os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens”. BRASIL. **Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995**. Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc08.htm>. Acesso em: 5 jun. 2010.

⁹ Ver mais detalhes na própria Constituição Federal. Brasil. **Emenda Constitucional nº 16, de 04 de junho de 1997**. Dá nova redação ao § 5º do art. 14, ao caput do art. 28, ao inciso II do art. 29, ao caput do art. 77 e ao art. 82 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc16.htm>. Acesso em: 5 jun. 2010.

¹⁰ GUARESCHI, Pedrinho Arcides; BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. 2. ed. POA: Evangraf LTDA, 2005. p. 56.



ou, ainda atuam, no Ministério das Comunicações, durante os dois mandatos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Este quadro não é novo e complexifica-se na medida em que as instituições governamentais mantêm a mesma postura há anos, aniquilando a participação social das discussões sobre o controle dos meios de comunicação. Sob este ponto de vista, percebe-se que para compreender de que forma o poder político encontra-se imbricado às demandas das grandes redes de rádio e tevê, é preciso tomar como perspectiva teórica e metodológica a economia política da comunicação. Segundo Cabral, este terreno científico ajuda a situar o atual momento da mídia brasileira, abrangendo diversos setores da sociedade. O autor defende ainda que a compreensão dos fenômenos políticos a partir da totalidade das relações sociais permite afirmar a comunicação como um direito humano.¹¹

Resgatando alguns episódios recentes, é possível perceber como o campo midiático acaba sendo atingido pela incoerência política e ideológica demonstrada pelo Governo Federal. Cabe ressaltar, que a candidatura de Lula foi amplamente apoiada pelos movimentos sociais, onde se inserem também os midialivristas,¹² muitos dos quais, foram sistematicamente afastados das decisões do governo. Esta análise pode ser evidenciada pela atuação do Ministério das Comunicações, que ao longo dos dois mandatos do ex-líder sindical, tem sido representado por políticos identificados com o pensamento liberal e, portanto, descomprometidos em mudar os rumos da comunicação no país.

O espectro político da Rede Globo durante os primeiros anos de Governo

Miro Teixeira (PDT) foi o titular do Ministério das Comunicações, durante todo o ano de 2003, entre os principais acontecimentos de sua gestão, ressalta-se a total ineficiência em rever os procedimentos referentes às permissões de outorgas para o serviço de radiodifusão comunitária. Por esta postura, Teixeira foi alvo de um manifesto assinado pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e outras cinco entidades,¹³ as quais questionavam a posição do ministro, ao engavetar a resolução dos problemas para o setor.

¹¹ CABRAL, Adilson. Economia política da comunicação no Brasil: terreno fértil para análises maduras. In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson. (Orgs.). **Economia Política da Comunicação: interfaces brasileiras**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p 76-88. p. 76.

¹² Esta expressão é utilizada como sinônimo aos já referidos “agentes sociais”. Ver página 2 deste mesmo artigo, onde se utiliza o conceito de Beaklini para exprimir o potencial de formação das massas através da atuação de sujeitos que operam em oposição à lógica de mercado e, neste caso, em defesa da democratização da comunicação.

¹³ Além do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), assinaram o manifesto a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço), o Conselho Federal de Psicologia (CFP), a Executiva Nacional dos



Também pudera, Teixeira exerceu o mandato de deputado pela primeira vez durante o regime militar, em 1970. O ex-ministro das Comunicações é considerado o principal herdeiro político de Chagas Freitas, histórico militante da União Democrática Nacional (UDN), com participação ativa no movimento que depôs o então presidente da República, João Goulart, no ano de 1964.

Na década de 60, Miro Teixeira trabalhou como repórter do periódico de maior circulação no Rio de Janeiro, o jornal O Dia, cujo proprietário, Chagas Freitas, mantinha uma relação de muita amizade com o dono da Globo, Roberto Marinho.¹⁴ A ligação entre os dois era tão forte que Marinho recusou-se a comprar O Dia durante o período em que Freitas esteve no comando da empresa. Assim, o periódico só foi adquirido anos depois por Ary Carvalho, a orientação da compra partiu do líder das Organizações Globo e tinha o objetivo estratégico de evitar que o jornal pudesse ser apropriado por jornalistas identificados com o pensamento de esquerda.

Em 2009, o deputado federal Miro Teixeira (PDT) foi festejado por boa parte dos jornalistas brasileiros, após propor na Câmara dos Deputados o projeto de lei 5592/2009, o qual supostamente pretendia restabelecer a exigência de diploma de jornalista nas empresas brasileiras de comunicação. O fim da exigência do diploma era uma antiga reivindicação dos maiores conglomerados de comunicação do país, mas, ao contrário do que poderia pressupor-se, a atitude de Teixeira não visava contrariar os interesses da chamada “grande mídia”. O projeto de lei apresentado pelo deputado, não contempla professores de comunicação e assessores de imprensa, sendo direcionado apenas para os interesses inequívocos do mercado.¹⁵

Com a saída de Teixeira das Comunicações, em 2004, a pasta ficou sob responsabilidade de Eunício Oliveira (PMDB), que está sendo acusado de envolvimento no mensalão dos Democratas (DEM). A suspeita surgiu através de uma notícia

Estudantes de Comunicação Social (Enecos), a Federação Interestadual de Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão (Fitert) e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj).

¹⁴ GRAÇA, Milton Coelho da. Manhãs difíceis para novo O Dia. **Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República**. Brasília, 15 jun. 2009. Notícias. Disponível em: <https://www2.gestao.presidencia.serpro.gov.br/secom/folder_noticias/2009/3/ij20mar12c>. Acesso em: 6 jun. 2010.

¹⁵ Em 2009, logo após o Supremo Tribunal Federal (STF) extinguir a exigência do diploma de jornalista como pré-requisito legal para o exercício da profissão, o vice-diretor da Rede Globo, João Roberto Marinho, revelou publicamente a posição da emissora sobre o assunto. Em nota, ele deu a seguinte declaração: "A decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o diploma de jornalista é bem-vinda. Ela atesta como legal situação vivida por órgãos de imprensa, que, há anos, têm na sua equipe especialistas de outras áreas, com talento reconhecido, mas que não se formaram na profissão. A decisão do STF apenas ratifica uma prática que sempre foi nossa". Ver reportagem: Para Rede Globo, fim da obrigatoriedade do diploma é bem-vindo. **Portal Imprensa**. São Paulo, 18 jun. 2009. Últimas Notícias. Disponível em: <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2009/06/18/imprensa28928.shtml>. Acesso em: 6 jun. 2010



publicada pela Folha de São Paulo.¹⁶ Segundo o relatório da Polícia Federal (PF), o nome do deputado aparece no inquérito da Operação Caixa de Pandora, a mesma ação policial que levou para a cadeia o governador do Distrito Federal (DF), José Arruda. O esquema de corrupção envolve o Governo do DF, empresários e deputados distritais. A suspeita é de que uma empresa de Eunício Oliveira tenha se beneficiado da transação financeira responsável por distribuir propinas em Brasília, desviando dinheiro público.

Para sair em defesa do pré-candidato do PMDB ao Senado, nas eleições de 2010, tanto a Rede Globo quanto o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, procuraram minimizar o acontecimento, tão logo as denúncias passaram a ser veiculadas na mídia. Esse fato pode ser observado em matéria publicada no jornal Diário do Nordeste, do dia 23 de março de 2010, cujo título destaca: “Presidente do PMDB não está preocupado com denúncias contra Eunício Oliveira”.¹⁷ Cabe ressaltar que o Diário do Nordeste pertence ao Grupo Verdes Mares, afiliado da Rede Globo no Ceará.

O empresário e agropecuarista, Eunício Oliveira, é também um dos membros da bancada ruralista. O Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) aponta a participação do parlamentar no grupo, que é definido como “uma bancada de interesse particular”.¹⁸ Com representação de 116 deputados, a bancada ruralista é o maior grupo de interesse do Congresso Nacional e supera em número de membros as cinco maiores bancadas partidárias, formadas pelo PMDB (90), PT (83), PSDB (64), DEM (62) e PP (41).¹⁹

Segundo Farhat existe uma série de definições sobre o que constitui, de fato, um grupo de interesse. Sob uma destas perspectivas, é possível verificar que estes grupos formam-se por inspirações políticas e visam obter vantagens econômicas. Além disso, identifica-se o interesse comum como elemento chave na articulação destes agentes, sendo o lobby, um dos meios para concretizá-lo, mas para que isso ocorra é necessário exercer a pressão no momento propício:

¹⁶ Ver reportagem: Polícia liga deputado do PMDB a mensalão do DF. **Folha Online**. São Paulo, 23 mar. 2010. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u710659.shtml>> Acesso em: 6 jun. 2010.

¹⁷ A matéria publicada pela TV Diário - Portal Verdes Mares, ressalta a posição do ministro Gilmar Mendes, o qual afirmou que “seria precipitação citar um nome ou outro sem indícios”. Para Mendes “o vazamento de um nome não significa nada e tudo ainda está sendo analisado”. Ver reportagem Presidente do PMDB não está preocupado com denúncias contra Eunício Oliveira. **Portal Verdes Mares**. Ceará, 23 mar. 2010. Última Hora. Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=286425&modulo=182>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

¹⁸ BANCADA ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional. **Instituto de Estudos Socioeconômicos**. Brasília, outubro 2007 - Ano VII - nº 12. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/ARTIGO%20BANCADA%20RURALISTA%202007.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

¹⁹ *Ibidem*, op. Cit., p. 7.



Todo grupo de interesse é um grupo de pressão em potencial. Certos grupos de pressão lutam pelos interesses materiais ou profissionais de seus membros: querem leis ou atos regulamentares que lhes permitam exercer suas atividades ou comercializar seus produtos e serviços com o mínimo possível de interferência dos agentes estatais em seus negócios, ou pressionam as autoridades a adotar certas *policies*, nem sempre vistas como prioritárias por quem exerce o poder.²⁰

Anualmente a Rede Globo é responsável por editar o Mapa da Mina, uma publicação que faz parte da política de comercialização da emissora e está voltada para o suposto potencial do desenvolvimento econômico baseado no modelo do agronegócio. Segundo a própria Rede Globo esta iniciativa “é uma forma de apoiar o anunciante no processo de decisão de seus investimentos em comunicação”. O marketing da empresa defende que “anunciantes e agências devem estar atentos a essa versatilidade para poder aproveitar as oportunidades que surgem e participar deste mercado pulsante e lucrativo”.²¹

Em pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Marketing Rural e Agronegócio (ABMR&A), a TV Globo aparece como o principal meio de comunicação utilizado para esse tipo de mensagem publicitária. As estratégias da emissora podem ser definidas por aquilo que Murdock chama de marketização, ou seja, “compreende um conjunto de intervenções políticas concebidas para alargar os espaços abertos às corporações privadas, para aumentar a sua liberdade de ação e reduzir a força exercida por organizações culturais financiadas publicamente”.²²

Isso ajuda a explicar não só a ligação da emissora com a bancada ruralista, mas também a sua prática constante em criminalizar os movimentos sociais. Como ocorre, repetidas vezes, com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Em todas as publicações das Organizações Globo, em qualquer parte do país, não são raras as manifestações de repúdio a ocupação de lotes de terra, sejam estes produtivos ou não.²³

²⁰ FARHAT, Saïd. **LOBBY: O que é. Como se faz. Ética e transparência na representação junto a governos.** São Paulo: ABERJE, 2007. p. 150-151.

²¹ MAPA da Mina. **Direção Geral de Comercialização da Rede Globo.** Rio de Janeiro, edição 2005. Introdução. Disponível em: <<http://comercial.redeglobo.com.br/mapadamina/index.php>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

²² MURDOCK, Graham. Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa. SOUSA, Helena (Org.). **Comunicação, economia e poder.** Porto: Porto, 2006. p. 13-28. p. 19.

²³ A cobertura da emissora sobre a destruição de aproximadamente 12 mil pés de laranja na fazenda Santa Henrique, em Borebi, região central do Estado de São Paulo, no final de 2009, é um bom exemplo disso. Neste caso, a Globo fez questão de omitir o objetivo da ação do MST, que pretendia denunciar a ocupação ilegal da área, pertencente à União, mas que está sob posse da transnacional brasileira Sucocítrico Cutrale. Entre as terras pertencentes ao Governo Federal na região encontram-se 10 mil hectares de terras públicas e mais 15 mil hectares de terras improdutivas. Ver Censo Agropecuário 2006: resultados preliminares. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2006. p.1-146. ISSN 0103-6157. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2010.



Últimas estratégias para engessar as políticas de comunicação

Em 2005, o representante do agronegócio no Governo Federal, Eunício Oliveira, deixa o Ministério das Comunicações. Para o seu lugar o presidente Lula chama Hélio Costa (PMDB), homem de confiança da Rede Globo e velho conhecido da família Marinho. Costa foi correspondente internacional da *Voice of America*²⁴ quando ainda estava em vigor o Ato Institucional nº5 (AI-5), período de maior repressão da ditadura militar no Brasil. Como funcionário da Globo, exerceu as funções de repórter e apresentador de tevê, sendo, inclusive, chefe de reportagem em Nova York e responsável por implantar as sucursais da emissora em Washington, Londres e Paris.

Enquanto esteve à frente do Ministério das Comunicações, o ex-ministro se envolveu em diversos embates com os movimentos sociais. Sua primeira atitude foi anunciar que o Brasil não iria investir em tecnologia para o desenvolvimento de um Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD). A postura adotada por Hélio Costa buscava desqualificar o Comitê Consultivo do SBTVD, órgão oficial que servia como fórum permanente de debates sobre o tema e aglutinava setores ligados à sociedade civil. Em 2006, sem haver nenhum tipo de discussão consistente com as organizações sociais, o governo brasileiro adota o padrão japonês.

A escolha privilegiou as inovações tecnológicas, focadas na qualidade de transmissão e na possibilidade de investir em mobilidade técnica, atendendo exclusivamente aos interesses da Rede Globo e demais grupos econômicos ligados a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert). No entanto, segundo Ramos, o poder que a Globo exerce sobre a política e os políticos no Brasil, “decorreu sempre muito mais da falta de um ambiente normativo claro e específico do que das ações de um empresário em particular”.²⁵ O autor observa ainda, que em 1962, mesmo antes da Globo entrar no mercado, a lei já mostrava-se falha:

Naquele mesmo ano, foi fundada a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão, sob inspiração dos Diários e Emissoras Associados, de Assis Chateaubriand, para, em um fato repetido na história parlamentar brasileira, derrubar um a um, os 41 vetos que o presidente João Goulart apusera à Lei nº 4.117, o Código Brasileiro de Telecomunicações, em esforço inútil para torná-la mais compatível com os interesses estatais e públicos.²⁶

²⁴ Serviço de radiodifusão do governo norte-americano, com sede em Washington, sendo supervisionado pela *International Broadcasting Bureau*, instituição vinculada ao governo dos Estados Unidos da América.

²⁵ RAMOS, Murilo César. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder**. 2. ed. São Paulo: Paulus. 2005. p.57-76. p. 66.

²⁶ *Ibidem*, op. cit. p. 66-67.



A ineficiência do Estado em resolver os impasses decorrentes da auto-regulação dos meios de comunicação propicia situações inusitadas, sob o ponto de vista da legislação e dos interesses públicos. Quando o governo não faz cumprir o que determina a Constituição, os próprios empresários da mídia sentem-se no direito de recorrer às determinações legais quando percebem que seus interesses estão ameaçados. Paradoxo que motiva, por exemplo, Evandro Guimarães, diretor da Abert e vice-presidente de relações institucionais da TV Globo, a cobrar do governo a restrição do capital estrangeiro em empresas jornalísticas, tendo como alvo a atuação do portal Terra, ligado ao grupo Telefônica, maior operadora de telefonia móvel da Espanha e principal concorrente do G1, portal de notícias da Rede Globo, no Brasil.

A posição da Abert encabeçada por Guimarães, supostamente visando o cumprimento do artigo 222 Constituição Federal, não lembra nem de longe a postura histórica da Rede Globo em relação às leis, principalmente na década de 60.²⁷ Além disso, as propostas debatidas e aprovadas na 1º Conferência Nacional de Comunicação (Confecom) destinavam-se a discutir problemas como esse, mas tanto a Abert quanto as Organizações Globo boicotaram o evento. A despeito da mobilização dos agentes sociais que estiveram reunidos com autoridades e empresários durante a realização da conferência, a Rede Globo ajudou a promover junto ao Instituto Millenium um fórum particular, ironicamente auto-intitulado “Fórum Democracia e Liberdade de Expressão”.

Neste encontro, além da presença de jornalistas ligados a Globo e a Editora Abril, estavam presentes o então ministro das Comunicações, Hélio Costa; o ex-ministro da Fazenda, Antônio Palocci, e representantes das principais emissoras de tevê da América Latina. Ao defender a auto-regulação,²⁸ os empresários da comunicação fizeram questão de ressaltar que estavam agindo em nome de uma suposta “liberdade de

²⁷ Na década de 60 a Rede Globo firma dois contratos com a companhia de mídia norte-americana, Time-Life, mas, segundo a legislação brasileira, “é proibida toda e qualquer participação ou orientação intelectual de grupos estrangeiros na administração de empresas brasileiras de comunicação.” A origem deste marco legal está no Decreto nº 24.776, de 1934, expedido por Getúlio Vargas três anos antes da instauração do Estado Novo. A Constituição Federal, através do artigo 222, continua proibindo a participação de grupos estrangeiros na administração ou orientação intelectual de empresas de comunicação brasileiras. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 6 jun. 2010.

²⁸ Segundo estudo realizado pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) as práticas exclusivas de regulação da mídia tendem ao fracasso. No entanto, aponta-se “que a saída não está necessariamente na substituição global da auto-regulação pela regulação estatal, mas em um sistema de coregulação que estabeleça os princípios gerais da regulação da mídia na legislação e delegue funções de auto-regulação para o mercado – porém estabelecendo um sistema de freios-e-contrapesos que, uma vez malograda a auto-regulação, permita ao Estado intervir. Ver mais detalhes em REGULAÇÃO de Mídia e Direitos das Crianças e Adolescentes: Uma análise do marco legal de 14 países latino-americanos, sob a perspectiva da promoção e proteção. **Agência de Notícias dos Direitos da Infância**. Brasília, julho de 2008. Disponível em: <http://www.andi.org.br/noticias/articlefiles/22440-Regulacao_de_midia_e_infancia.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2010.



expressão”. Costa, agente político, que estava no cargo de ministro das Comunicações do Governo Lula na época, retaliou a Confecom e garantiu aos presentes na anti-conferência, que não seria permitido nenhum tipo de controle da mídia por parte do Estado.

No entanto, esta decisão não caberia somente a Hélio Costa, ainda mais considerando que ao seu lado trabalhava Franklin Martins, ex-guerrilheiro do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8) e atual ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social (SECOM). Deixando as incoerências políticas de lado, marca registrada do Governo Lula, percebe-se que a incompatibilidade ideológica dos ministros também causou constrangimento ao avanço das políticas de comunicação no país. Mesmo Martins tendo trabalhado como comentarista político da Rede Globo, é inegável a diferença de postura entre estes dois agentes políticos, sendo preciso considerar ainda que, além deles, outros repórteres ex-globais também estão ligados ao Governo Federal e agem de formas distintas.²⁹

Os que não atuam diretamente no Governo, adotam uma postura pró-Lula, criando uma antítese que pode ser traduzida pela expressão anti-Globo. São agentes políticos que trabalham na lógica oposta aos já referidos ministros das Comunicações. Eles apóiam o governo de turno e declaram guerra as Organizações Globo em seus portais mantidos “livremente” na internet.³⁰ Ao contrário da Globo, a Rede Record, principal concorrente da família Marinho, permite que seus jornalistas mantenham blogs opinativos sem hospedarem-se sob o domínio da própria empresa. Esta estratégia de marketização contribuí para que a disputa entre as duas emissoras extrapole o campo televisivo, ganhando contornos político-partidários e, em última análise, assumindo uma postura claramente comercial.

²⁹ Não apenas no Ministério das Comunicações, mas, inclusive, em outras esferas da comunicação ligadas ao Governo Federal, se pode perceber antigos funcionários da Rede Globo, ocupando cargos importantes no governo e, conseqüentemente, dando a linha de como se deve operar, por exemplo, a Empresa Brasil de Comunicação (EBC). A diretora-presidente da EBC, Tereza Cruvinel, foi comentarista política da Globo News, principal canal de notícias das Organizações Globo. Ao lado dela está a também jornalista Helena Chagas, que atuou como diretora da sucursal de Brasília do jornal O Globo e foi colunista política deste mesmo jornal, antes de ser convidada para assumir o cargo de diretora de jornalismo da TV Brasil. Hoje, curiosamente, ela está integrando a equipe de campanha da candidata Dilma Roussef à presidência da República.

³⁰ Três endereços eletrônicos cumprem claramente esta função. O blog Escrevinhador de Rodrigo Vianna, que trabalhou na Globo de 1995 até 2006 e, segundo o próprio repórter, acabou sendo demitido por divergir da forma como a emissora conduzia a cobertura das eleições; o blog Viomundo de Luis Carlos Azenha, que trabalhou como repórter da Globo, sendo, inclusive, co-autor do Livro das Grandes Reportagens do Fantástico e tendo investigado um suposto caixa 2 do PT em Goiás, quando trabalhava no Jornal Nacional. Ele acabou desligando-se da emissora em 2007 e foi contratado pela Record um ano depois; por último, Paulo Henrique Amorin, que mantém o blog Conversa Afiada e ficou conhecido como correspondente internacional da Rede Globo. Ele saiu da emissora no final da década de 90. Tão logo deixou a emissora, Amorin lançou o livro Plim-Plim: A peleja de Brizola contra a fraude eleitoral, que acendeu uma série de suspeitas sobre uma suposta fraude eleitoral na disputa ao governo do Estado do Rio de Janeiro, em 1982, o evento ficou conhecido como “Caso Proconsult”.



Atualmente o Ministério das Comunicações está sob o comando de José Artur Filardi Leite, que herdou do ex-ministro Hélio Costa, as cotas da rádio Sucesso FM na cidade de Barbacena, Minas Gerais, as quais estiveram sob posse do então senador até 2005. Ao assumir o Ministério das Comunicações, Hélio Costa teve que vender sua participação na rádio para Patrícia Leite, esposa do atual ministro José Artur Filardi Leite, que na época era Chefe de Gabinete de Costa. A nova proprietária da rádio Sucesso FM é casada em comunhão parcial de bens com Filardi e, portanto, este também se configura como proprietário da emissora. A exemplo do que ocorreu com seu antecessor, Filardi está sendo orientado por membros da Comissão de Ética Pública da Presidência da República para desvincular-se da rádio.

Considerações Finais

Se por um lado a Rede Globo ajuda a engessar as políticas de comunicação no Governo Lula, por outro, a própria postura adotada pelo presidente da República contribui para que a situação não mude. A atuação de agentes políticos, econômicos e sociais sempre irá permear as relações de poder, o que não significa dizer que devem sempre sobressair-se as posturas mais identificadas com a ordem conservadora. Embora o poder de lobby das Organizações Globo atinja setores do empresariado ligados ao jornalismo, o agronegócio, o poder legislativo e também, o judiciário, sabe-se que existem espaços de luta forjados pelos movimentos sociais capazes de, ao menos, tencionar a estrutura de poder dominante.

Quando se faz referência a atuação dos ministros das Comunicações durante o Governo Lula e costura-se a ligação destes com a principal emissora de comunicação do país, evidencia-se que ora atuam como agentes políticos, ora como agentes econômicos e, portanto, estão interessados em defender, também, seus interesses pessoais. O que preocupa, de fato, é que a postura adotada pelo Governo, identificada em alguns momentos como antagônica, não ultrapassa o limite da quase imobilidade frente às demandas dos setores empresariais.

Assim, alerta-se para a postura eleitoreira do Governo Lula ao implementar, ainda em 2010, o Plano Nacional de Banda Larga (PNBL), uma das proposições aprovadas na Confecom. Já que, em contrapartida, são proteladas para 2011 outras propostas, entre as quais, encontra-se um novo marco regulatório para os meios de comunicação. A falta de tempo hábil para que sejam postas em prática as proposições ainda neste Governo, não pode ser usada como justificativa para o quadro que está se desenhando, tendo em vista a demora para a convocação da conferência e a total apatia



do Ministério das Comunicações em relação às atividades realizadas pelos grupos de mídia, muitas vezes, desrespeitando a própria legislação brasileira.

Referências:

BANCADA ruralista: o maior grupo de interesse no Congresso Nacional. **Instituto de Estudos Socioeconômicos**. Brasília, outubro 2007 - Ano VII - nº 12. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/publicacoes/artigos/ARTIGO%20BANCADA%20RURALISTA%202007.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

BEAKLINI, Bruno Lima Rocha. **A Interdependência Estrutural das Três Esferas: uma análise libertária da Organização Política para o processo de radicalização democrática**. Tese (doutorado em Ciências Política). UFRGS. Porto Alegre.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967**. Complementa e modifica a Lei número 4.117 de 27 de agosto de 1962. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/Decreto-Lei/Del0236.htm>>. Acesso em: 5 jun. 2010.

_____. **Emenda Constitucional nº 8, de 15 de agosto de 1995**. Altera o inciso XI e a alínea "a" do inciso XII do art. 21 da Constituição Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc08.htm>. Acesso em: 5 jun. 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 6 jun. 2010.

CABRAL, Adilson. Economia política da comunicação no Brasil: terreno fértil para análises maduras. In: BRITTOS, Valério; CABRAL, Adilson. (Orgs.). **Economia Política da Comunicação: interfaces brasileiras**. Rio de Janeiro: E-papers, 2008. p 76-88.

CENSO AGROPECUÁRIO: resultados preliminares. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, 2006. p. 1-146. ISSN 0103-6157 Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

FARHAT, Saïd. **LOBBY: O que é. Como se faz. Ética e transparência na representação junto a governos**. São Paulo: ABERJE, 2007.

GRAÇA, Milton Coelho da. Manhãs difíceis para novo O Dia. **Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República**. Brasília, 15 jun. 2009. Notícias. Disponível em: <https://www2.gestao.presidencia.serpro.gov.br/secom/folder_noticias/2009/3/ij20mar12c>. Acesso em: 6 jun. 2010

GRUPPI, Luciano. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. Tradução Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUARESCHI, Pedrinho Arcides; BIZ, Osvaldo. **Mídia e Democracia**. 2. ed. POA: Evangraf LTDA, 2005.



MAPA da Mina. **Direção Geral de Comercialização da Rede Globo.** Rio de Janeiro, edição 2005. Introdução. Disponível em: <http://comercial.redeglobo.com.br/mapa_damina/index.php>. Acesso em: 6 jun. 2010.

MURDOCK, Graham. Transformações continentais: capitalismo, comunicação e mudança na Europa. SOUSA, Helena (Org.). **Comunicação, economia e poder.** Porto: Porto, 2006. p. 13-28.

PARA Rede Globo, fim da obrigatoriedade do diploma é bem-vindo. **Portal Imprensa.** São Paulo, 18 jun. 2009. Últimas Notícias. Disponível em: <http://portalimprensa.uol.com.br/portal/ultimas_noticias/2009/06/18/imprensa28928.shtml>. Acesso em: 6 jun. 2010 .

POLÍCIA liga deputado do PMDB a mensalão do DF. **Folha Online.** São Paulo, 23 mar. 2010. Brasil. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br /folha/brasil/ult96u710659.shtml>> Acesso em: 6 jun. 2010.

PRESIDENTE do PMDB não está preocupado com denúncias contra Eunício Oliveira. **Portal Verdes Mares.** Ceará, 23 mar. 2010. Última Hora. Disponível em: <<http://verdesmares.globo.com/v3/canais/noticias.asp?codigo=286425&modulo=182>>. Acesso em: 6 jun. 2010.

RAMOS, Murilo César. A força de um aparelho privado de hegemonia. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder.** 2. ed. São Paulo: Paulus. 2005. p.57-76.

REGULAÇÃO de Mídia e Direitos das Crianças e Adolescentes: Uma análise do marco legal de 14 países latino-americanos, sob a perspectiva da promoção e proteção. **Agência de Notícias dos Direitos da Infância.** Brasília, julho de 2008. Disponível em: <http://www.andi.org.br/noticias/articlefiles/22440-Regulacao_de_midia_e_infancia.pdf>. Acesso em: 7 jun. 2010.

SANTOS, Suzy dos; CAPPARELLI, Sérgio. Coronealismo, Radiodifusão e Voto: a nova face de um velho conceito. In: BRITTOS, Valério; BOLAÑO, César (Orgs.). **Rede Globo: 40 anos de hegemonia e poder.** São Paulo: Paulus. 2005.